

ILMA. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E SERVIÇOS PÚBLICOS
DO MUNICÍPIO DE SUMIDOURO/RJ

Ref.: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2924/2024 - EDITAL DE PREGÃO
ELETRÔNICO Nº 065/2024

FORBE SUPORTE ILIMITADO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 37.866.328/0001-03, com sede na Rua Manoel Delfim Sarmento, s/nº, loja 5, Centro, Cachoeiras de Macacu/RJ, representada legalmente pela Sra. Marcella Mariano Sarzedas, portadora da carteira de identidade nº 27.704.647-0 e do CPF nº 138.271.407-65, vem, respeitosamente, interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO

I. MOTIVAÇÃO

Contestamos a decisão que habilitou a empresa ARTHURCELY COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – 15.727.912/0001-37, uma vez que o Código Nacional de Atividade Econômica (CNAE) apresentado (46.79-6-04) não corresponde às atividades de comércio de tintas, conforme exigido no edital da licitação. Essa irregularidade compromete a validade da habilitação para o ITEM 14 do certame.

II. RESUMO DOS FATOS

A Prefeitura Municipal de Sumidouro, inscrita no CNPJ sob o nº 32.165.706/0001-08 e localizada na Rua Alfredo Chaves, nº 39, Centro, Sumidouro/RJ, tornou pública a realização de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, com o objetivo de "EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, INSTALAÇÃO E FERRAMENTAS - SRP". A abertura da sessão pública aconteceu no dia 15 de outubro de 2024, às 9h no site www.licitanet.com.br.

Por conseguinte, o fornecedor ARTHUCELY COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – 15.727.912/0001-37 venceu o ITEM 14 e após a análise dos documentos inseridos na plataforma foi habilitado. Entretanto, durante a sessão a empresa FORBE SUPORTE ILIMITADO LTDA manifestou a intenção em recorrer à decisão proferida.

O presente recurso administrativo refere-se ao processo licitatório para o fornecimento de tintas, conforme estabelecido no Edital. Durante o processo de habilitação, a empresa ARTHURCELY COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – 15.727.912/0001-37 apresentou sua documentação, incluindo o Código Nacional de Atividade Econômica (CNAE) 46.79-6-04. É fundamental destacar que este CNAE, que corresponde ao comércio atacadista de materiais de construção não especificados anteriormente, não é compatível com a atividade de comércio de tintas, conforme consulta ao site do IBGE: <https://concla.ibge.gov.br/busca-online-cnae.html?subclasse=4679604&view=subclasse>.

Para o comércio varejista de tintas e materiais para pintura, o CNAE correto é 47.41-5/00, conforme consulta ao site do IBGE: <https://concla.ibge.gov.br/busca-online-cnae.html?subclasse=4741500&tipo=cnae&view=subclasse> , o qual a empresa ARTHURCELY COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – 15.727.912/0001-37 NÃO POSSUI, conforme consulta ao cartão CNPJ e contrato social.

É importante destacar que, ao consultar o contrato social e o cartão do CNPJ, identificamos uma divergência nos descritivos dos CNAEs. No contrato social, consta o código “4679-6/04 - Comércio atacadista especializado de matérias de construção não especificados anteriormente e de matérias de construção em geral”, enquanto no cartão do CNPJ está apenas “4679-6/04 - Comércio atacadista especializado de matérias de construção não especificados anteriormente”.

Além disso, é fundamental destacar que o descritivo registrado na Comissão Nacional de Classificação do IBGE para o CNAE 4679-6/04 é “Comércio atacadista especializado de matérias de construção não especificados anteriormente”. Esse descritivo não abrange a parte

mencionada no contrato social, que inclui “e de materiais de construção em geral”. Essa última descrição se refere ao CNAE 4679-6/99, o qual a empresa **ARTHURCELY COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – 15.727.912/0001-37 NÃO POSSUI**, evidenciando, portanto, uma inconsistência no descritivo do contrato social.

Diante disso, ficou evidente que a empresa não possui o CNAE adequado para a atividade de fornecimento de tintas, conforme exigido no edital. Essa divergência compromete a validade da habilitação e a integridade do certame. Assim, solicitamos que a banca avaliadora reconsidere a habilitação da ARTHURCELY COMERCIO E SERVIÇOS LTDA para o ITEM 14, em respeito aos princípios da legalidade e da competição justa.

III. TEMPESTIVIDADE E CABIMENTO

O prazo para apresentação das razões de recurso é de três dias úteis, conforme estabelecido no item 10 do Instrumento Convocatório.

“10 DOS RECURSOS:

10.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021 e art. 40 da IN 73/2022.

10.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.”

Nesse sentido, dispõe a LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021.

“Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

b) julgamento das propostas;

c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

§ 1º Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas b e c do inciso I do caput deste artigo, serão observadas as seguintes disposições:

I - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais previsto no inciso I do caput deste artigo será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou

inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 desta Lei, da ata de julgamento;

II - a apreciação dar-se-á em fase única.

§ 3º O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

§ 5º Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

Assim, a empresa FORBE SUPORTE ILIMITADO LTDA apresenta o presente RECURSO ADMINISTRATIVO, cujo prazo final para apresentação de memoriais de recurso se encerrará em data de 18 de outubro de 2024. Portanto, é manifesto o cabimento da presente demanda, posto que, além de apresentar-se tempestiva e de acordo com os ditames constitucionais e legais, se trata de um direito público subjetivo, liberto de quaisquer condicionantes, usado com a finalidade de que a autoridade administrativa competente possa tomar conhecimento dos fatos, coibindo, assim, a prática de atos contrários às disposições legais aplicáveis.

Devidamente comprovada a tempestividade e o cabimento deste recurso requer o recebimento do presente para o seu devido processamento e apreciação legal.

IV. FUNDAMENTOS

A Administração Pública realiza a aquisição de seus produtos e serviços através de licitação, que se caracteriza pelo conjunto de atos administrativos específicos que abrangem o escopo de um processo administrativo, tendo como fundamento a Lei 14.133 de 01 de abril de 2021 que trata a habilitação da seguinte forma:

“Art. 62. A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, dividindo-se em:

I - jurídica;

II - técnica;

III - fiscal, social e trabalhista;

IV - econômico-financeira.”

Com o objetivo de assegurar a conformidade e a pertinência das propostas no Pregão Eletrônico, o Instrumento Convocatório estabelece critérios rigorosos para a participação. Esses critérios garantem que somente os interessados cujo objetivo social esteja alinhado ao objeto da licitação possam concorrer.

Assim, prevê o Instrumento Convocatório:

“4 DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.6 Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO:

Somente poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, os interessados **cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame**, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site [https://www.licitanet.com.br/..](https://www.licitanet.com.br/)

Portanto, é preciso observar os critérios legais supracitados, a fim de atender perfeitamente às exigências do Instrumento Convocatório.

V. PEDIDOS E REQUERIMENTOS FINAIS

Ante o exposto, REQUER, o acolhimento e provimento do presente Recurso Administrativo, e, por consequência, que essa respeitável Comissão de Licitação, diante de todo o exposto acima, reconsidere seus atos de classificação e julgamento.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Cachoeiras de Macacu, 18 de outubro de 2024.

MARCELLA MARIANO SARZEDAS